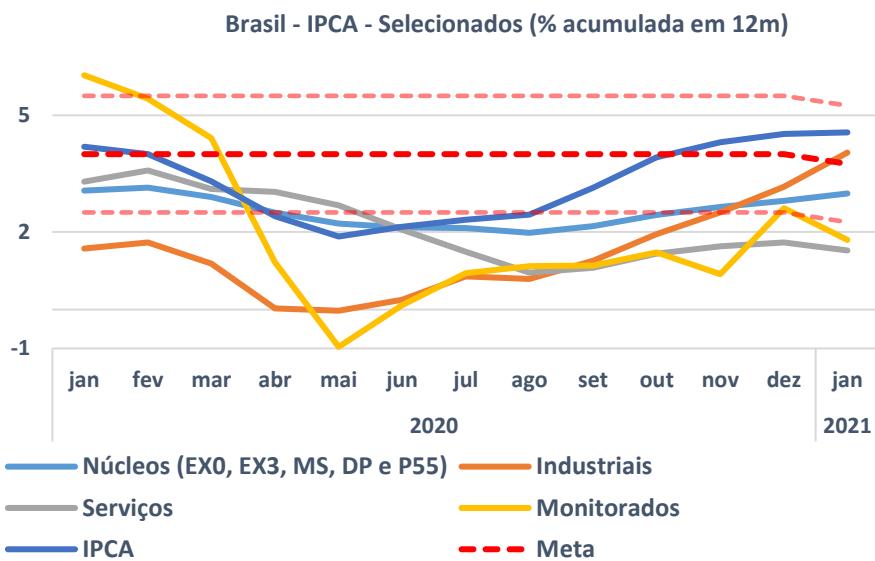


Macro Alerta | IPCA desacelera com arrefecimento de alimentos e redução de bandeira tarifária

O IPCA de janeiro variou 0,25%, abaixo do esperado por nós (0,33%) e da expectativa de mercado segundo a mediana da Bloomberg (0,31%). Com este resultado acumula em 12 meses alta que passou de 4,52% em dezembro para 4,56% de janeiro.



A surpresa baixista ficou concentrada no grupo Alimentação e Bebidas, notadamente alimentos no domicílio. Energia elétrica residencial, como esperado, arrefeceu de forma importante com a redução para a bandeira tarifária para amarela. Já o grupo de transportes, mesmo com a alta de combustíveis foi contrabalanceado com a deflação nas tarifas de transporte público.

A inflação medida pelos núcleos, que tentam expurgar eventos mais voláteis, desacelerou em relação ao mês anterior de 0,65% para 0,43% na variação mensal. Porém, a despeito da queda na margem, ainda seguem em patamar relativamente elevado (5,0% na média trimestral dessazonalizada e anualizada), uma vez que dada a ociosidade da economia era de se esperar patamar notadamente mais baixo.

Para fevereiro, muito impactado pelos reajustes do grupo Educação, e com elevado grau de incerteza, esperamos que o IPCA varie 0,6%.

Desta forma, a continuidade da depreciação do câmbio em um ambiente de alta de commodities que afetam principalmente os bens industriais pode continuar pressionando a inflação nos próximos meses com impacto, ainda que contido no curto prazo, na inflação de núcleos. Tal fenômeno associado a uma recuperação mais acentuada do que a esperada (impulsionada pela demanda externa e interna devido a nova rodada de estímulos, por exemplo) deve levar o Banco Central do Brasil a elevar a taxa de juros em 2021 como sinalizado recentemente.

Com isso, o IPCA de janeiro corrobora com nossa expectativa que o ciclo de alta de juros seja iniciado pelo BCB em março ou, mais provavelmente, em maio. E em linha com a comunicação do BCB, o orçamento total do ciclo deverá ser relativamente baixo e manter a taxa SELIC abaixo daquele que predominará no longo prazo. Acreditamos, portanto, que o BCB deverá realizar um ciclo de 175p.p. ao longo do ano, levando a taxa SELIC a 3,75% ao final de 2021.

Este patamar, em nossa opinião, poderá ser mantido caso em 2022 não sejam renovados estímulos fiscais a demanda e também seja mantido o regime fiscal atual. Em um cenário alternativo no qual há renovação do estímulo à demanda doméstica para o próximo ano, mas sem ruptura do regime fiscal, acreditamos que o BCB poderá estender o ciclo de alta de juros em mais 75p.p. levando a taxa SELIC a 4,5%.

Rafael G. Cardoso, economista-chefe

rafael.cardoso@bancodaycoval.com.br

Antônio Castro, analista econômico

antonio.castro@bancodaycoval.com.br

Disclaimer – A Daycoval Asset Management não se responsabiliza por quaisquer atos/decisões tomadas com base nas informações disponibilizadas por suas publicações e projeções. Todos os dados ou opiniões dos informativos aqui presentes são rigorosamente apurados e elaborados por profissionais plenamente qualificados, mas não devem ser tomados, em nenhuma hipótese, como base, balizamento, guia ou norma para qualquer documento, avaliações, julgamentos ou tomadas de decisões, sejam de natureza formal ou informal. Desse modo, ressaltamos que todas as consequências ou responsabilidades pelo uso de quaisquer dados ou análises desta publicação são assumidas exclusivamente pelo usuário, eximindo a Daycoval Asset Management de todas as ações decorrentes do uso deste material. Lembramos ainda que o acesso a essas informações implica a total aceitação deste termo de responsabilidade e uso. A reprodução total ou parcial desta publicação é expressamente proibida, exceto com a autorização da Daycoval Asset Management ou a citação por completo da fonte (nomes dos autores, da publicação e da Daycoval Asset Management)